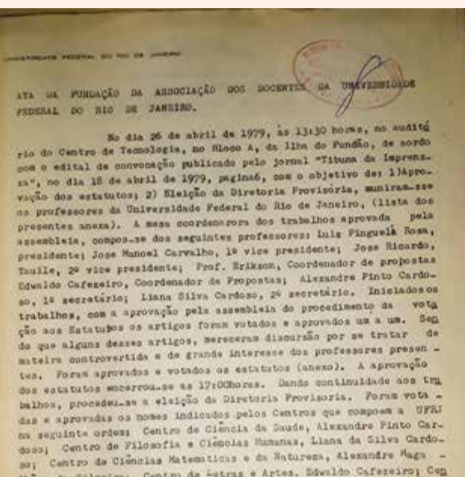
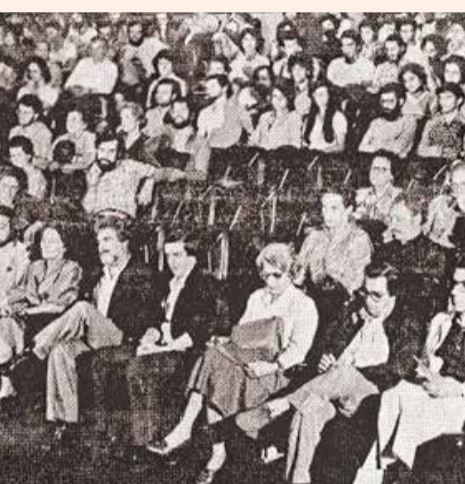




1º DE MAIO: JORNAL HOMENAGEIA TRABALHADORAS E TRABALHADORES QUE CONSTROEM UM MUNDO MELHOR



42 ANOS DE LUTA PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE



Caros professores,

A AdUFRJ chega aos 42 anos com experiência e esperança. Experiência forjada nas ruas, salas de aula, praças e laboratórios da maior universidade federal do Brasil. Para dentro e para fora dos campi, o sindicato que nasceu com o nome de associação jamais se privou das grandes lutas. Ajudou a combater a ditadura, a reconstruir a democracia no país e, de forma intransigente, a defender a universidade pública, gratuita e de qualidade. Fundada por valentes professores no outono do arbítrio militar, em 26 de abril de 1979, a AdUFRJ enfrenta hoje, de novo, o recrudescimento de pesadelos ditatoriais protagonizados por um presidente da República perverso, incompetente e que odeia a matéria mais cara a todo docente – o conhecimento.

Mas a história das coincidências também tem suas boas travessuras. Este ano, as bodas do sindicato caíram exatamente na mesma semana do 1º de maio, efeméride que homenageia o sonho e o suor de bilhões de trabalhadoras e trabalhadores em todo o mundo. Parabéns acumulados, portanto. Em mais de quatro décadas, o jeito de fazer movimento sindical mudou junto com o Brasil.

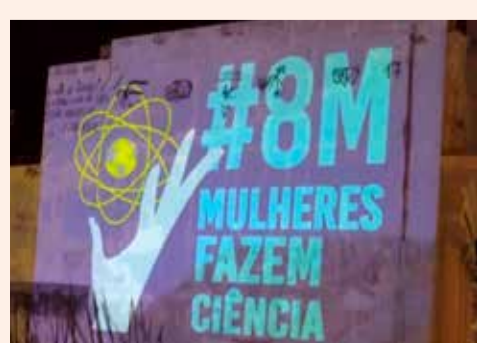
A AdUFRJ também se transformou, como ensinam os 17 professores que assinam textos nesta edição especial. Foram convidados todos os ex-presidentes da Associação dos Docentes da UFRJ, de todas as épocas e matizes políticos. Quase todos toparam e escreveram sobre os desafios de cada gestão. Essa entusiasmada adesão é uma honra para a equipe de Comunicação porque mostra que a imprensa sindical não é um instrumento panfletário de propaganda, e sim um respeitado espaço jornalístico de circulação de informação de qualidade.

Em comum a todos os textos, há as digitais de professores entranhadamente comprometidos com a universidade, com a produção livre e libertária do saber científico, cultural, artístico e político.

Vida Longa à AdUFRJ!

Boa Leitura!

Ana Beatriz Magno,
André Hippertt,
Alexandre Medeiros,
Kelvin Melo,
Silvana Sá,
Kim Queiroz e
Liz Mota Almeida



ESPECIAL | **AdUFRJ 42 ANOS****Artigo****FELIPE ROSA**

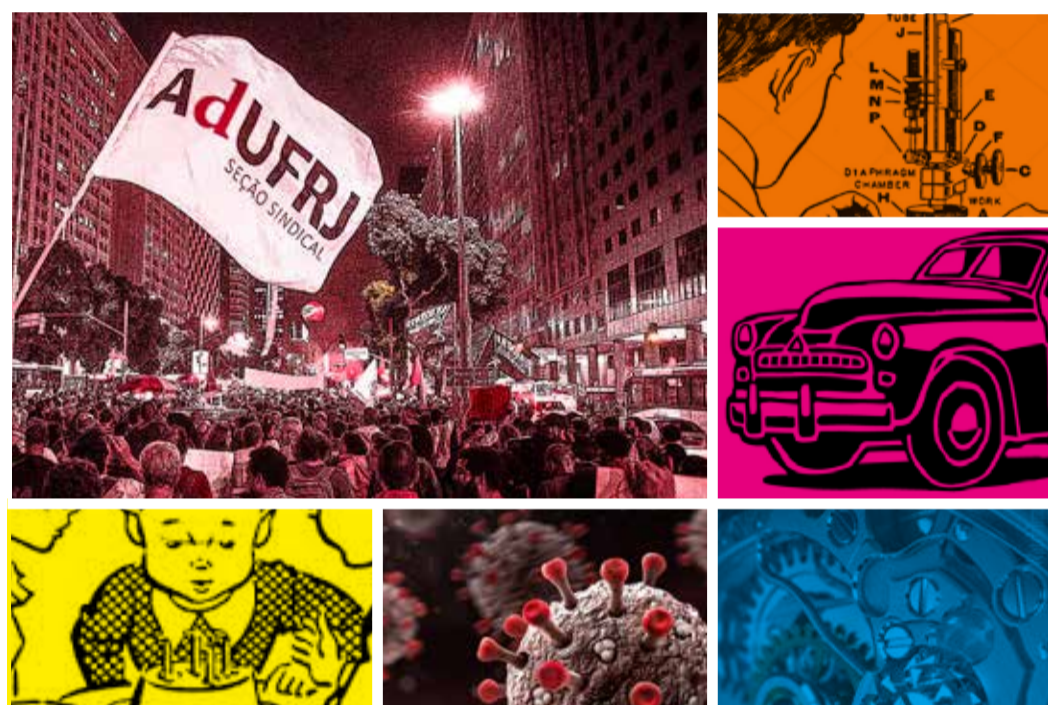
Vice-presidente da AdUFRJ e professor do Instituto de Física



QUE VENHAM MAIS 42 ANOS

Nesta semana a nossa AdUFRJ completou 42 anos de existência. No bojo do movimento de abertura desencadeado pela Lei da Anistia, em abril de 1979 um valeroso grupo de professores fundou a Associação de Docentes da UFRJ, que rapidamente se estabeleceu como uma das maiores agremiações brasileiras de professores do ensino superior. O mundo era um lugar diferente naquela época: a União Soviética protagonizava a guerra fria com os Estados Unidos, videocassete era coisa de filme de ficção científica, e o aquecimento global era uma preocupação de “hippies” ambientalistas. Há, contudo, muitas linhas de continuidade que podemos traçar através desse quase meio século. Uma das mais importantes é a continuada e crescente importância da educação superior para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade, e de como os docentes podem (e devem) se organizar coletivamente para exercerem o seu papel nessa empreitada.

A organização trabalhista na universidade pública brasileira é bastante



diferente da que se passa, por exemplo, numa grande empresa de automóveis. Não apenas temos uma relação mais democrática com os nossos gestores, como em nada prejudicamos materialmente nossos padrões quando fazemos uma greve. Assim sendo, o movimento sindical universitário — assim como boa parte do funcionalismo público — carrega consigo uma dura contradição: a classe que está nas instâncias universitárias de

poder é, em boa parte, a mesma que está na base, ou seja, o sindicato não pode operar numa lógica monolítica de luta de classes. Isso não quer dizer, naturalmente, que as relações entre nós e nossos chefes jamais devam ser contenciosas, apenas que cabe à associação um papel mais complexo, que envolve não apenas a relação política com nossos gestores imediatos mas também com a administração federal, o poder legislativo, entidades de

classe etc. Em tempos de um governo francamente obscurantista, nossa sobrevivência depende dessa capacidade de articulação e de lutarmos a boa luta.

No entanto, nossos desafios não param aí. O mundo do trabalho já foi sacudido pelas revoluções da globalização e da internet no passado recente, e tudo indica que estamos no limiar de transformações ainda mais profundas: os combustíveis fósseis estão finalmente cedendo terreno, os carros estão se automatizando, modalidades digitais estão chegando, entre muitas outras. Além disso, estamos às portas de uma nova guerra fria, com duas superpotências disputando a hegemonia econômica mundial. Por fim — e mais importante — o planeta continua aquecendo, com toda a mudança climática que daí decorre. Nós temos dedicado muita atenção ao psicopata do Planalto e à sua “obra” (acabamos de cruzar a outrora incombível marca de 400 mil mortes pela covid-19), mas não podemos tirar o olho desses fatores estruturais que vão atravessar violentamente as relações trabalhistas em todos os níveis. Se quiser viver mais 42 anos, a AdUFRJ não terá outra escolha.

MEC BLOQUEIA MAIS R\$ 41,1 MILHÕES DA UFRJ

Mais um duro golpe no já combalido orçamento da UFRJ. O MEC bloqueou R\$ 41,1 milhões da maior universidade federal do país. Em teoria, o dinheiro poderá ser liberado ao longo do ano, se a situação econômica melhorar. Na prática, algo muito difícil de ocorrer.

A “tesourada” é uma das consequências das medidas anunciadas pelo governo, no fim da semana passada, para aprovar o polêmico orçamento federal de 2021. Jair Bolsonaro bloqueou R\$ 2,9 bilhões no MEC. E, neste dia 29, o ministério estabeleceu o corte de 13,8% nas verbas de todas as universidades. O presidente também vetou R\$ 1,1 bilhão da Educação. O que, na UFRJ, praticamente acabou com a verba de investimentos: serão menos R\$ 4,5 milhões de R\$ 6,7 milhões.

“A gente trabalhava já contabilizando um déficit equivalente a dois meses. Agora, com essa redução e esse bloqueio, estamos descobertos por quatro meses de funcionamento”, alerta o pró-reitor de Planejamento e Finanças da UFRJ, professor Eduardo Raupp. “Estamos estudando o que fazer. Há muito pouco espaço para reduzir custos”, completa. O bloqueio atinge a chamada parte con-

dicionada do orçamento — conforme já explicado em outras edições do **Jornal da AdUFRJ**, as receitas federais estão divididas em duas partes: uma, garantida pelo Tesouro; outra, condicionada à aprovação de créditos suplementares pelo Congresso. “Ou seja, temos uns dois meses de funcionamento tranquilo e daí precisamos que o Congresso aprove a suplementação”, diz Raupp. Dos R\$ 299 milhões previstos para a UFRJ em 2021, estão garantidos apenas R\$ 146 milhões.

COLAPSO À VISTA

Vice-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o professor Marcus David não tem dúvida sobre a gravidade da situação. “O orçamento é muito ruim. Ou o Congresso e o governo enfrentam este problema do teto de gastos ou vamos ter um colapso de vários setores do Serviço Público Federal”.

Marcus David observa que as universidades conseguiram resistir até aqui por conta do funcionamento remoto das aulas e da consequente redução dos gastos na manutenção dos prédios. Mas os sucessivos cortes tornam a situação insustentável.

Ainda mais se houver a possibilidade de retorno presencial este ano, com necessidade de adaptação das instalações e distribuição de equipamentos de proteção. “Nós precisaríamos de ampliação do orçamento, não de redução”, diz.

DESASTRE NA CIÊNCIA

Presidente da SBPC, o professor Ildeu Moreira de Castro, chamou atenção que o corte e o bloqueio no MCTI, somados, superam os R\$ 650 milhões. E atingem um “orçamento que já está lá embaixo”. “É o mais baixo dos últimos 15 anos. É um desastre”, critica.

Outra crítica da SBPC diz respeito ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Após muita pressão dos cientistas, o Congresso decidiu que os recursos do fundo não poderiam ser contingenciados. Mesmo assim, a contingência permaneceu. “São R\$ 5,1 bilhões”, lamenta Ildeu.

O presidente da SBPC destaca que uma regra da Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada ano passado proíbe o contingenciamento dos recursos de Ciência e Tecnologia. “Mas, antes, o governo liquidou com o orçamento. Deixou lá embaixo”. **(Kelvin Melo)**

AGENDA**01/05
CARREATA
DO DIA DO
TRABALHADOR**

■ Todos os professores estão convidados a participar da carreta do Dia do Trabalhador, em 1º de maio (sábado). A concentração será às 9h, em frente ao prédio da Cedeae, no Centro do Rio. A saída ocorre às 10h. O ato tem como eixos: Fora Bolsonaro; Vacinação para todos/ as; por Democracia e Empregos.

Participam todas as centrais sindicais, os partidos políticos de esquerda; as frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular; o movimento contra a privatização da Cedeae e o Fórum por Direitos Sociais e Liberdades Democráticas.

ESPECIAL | **AdUFRJ 42 ANOS****ELEONORA
ZILLER**
PRESIDENTE DA AdUFRJ

A AdUFRJ completa 42 anos ininterruptos de atuação na UFRJ e no cenário nacional. Nascida nos tempos da luta pela redemocratização do país, quando a sindicalização do funcionalismo público era proibida, deixou raízes profundas na vida universitária. Sempre foi custeada pela doação voluntária de seus associados e há 24 anos se tornou uma seção sindical do Andes. A partir daqui, cessam os consensos. Uma história tão marcada por polêmicas, que resolvemos recontá-la através de seus protagonistas.

Nascida próxima do 1º de maio, até mesmo a nossa caracterização como trabalhadores é motivo de questionamentos. Não se trata da discussão tão bem sustentada por Paulo Freire, que demonstrou tantas vezes que atribuir aos professores “vocação para o sacerdócio” era uma forma de desqualificar e manter seus baixos salários. Não é essa a questão. Realizamos um trabalho relevante para a

vida social e devemos lutar pela nossa valorização e remuneração digna como profissionais. Mas o aspecto que o Andes historicamente tem deixado de fora de suas pautas é a nossa peculiaridade pelo envolvimento na produção do conhecimento, expressa no compromisso com a pesquisa. Esse afastamento em relação aos debates da vida científica do país promoveu também gradativo afastamento de parte dos docentes da vida de nossas entidades.

E como este é o ano do centenário de Paulo Freire, não poderia deixar de citá-lo para tocar no segundo ponto que por tantas vezes nos dividiu. Numa palestra, cujo vídeo me chegou há poucos dias, Paulo Freire começa a falar — a partir dos 32 minutos — sobre a necessidade de luta pela dignidade dos professores. Em 1994 ele já começava a ponderar: “A gente precisa ser respeitado, e é preciso brigar nesse país para ser respeitado. Então, a gente precisa lutar. O que a gente precisa é aprender qual é a melhor forma de brigar, me parece que greve já não está funcionando bem”. A ponderação se refere principalmente às greves em âmbito estadual, mas me parece que é absolutamente pertinente para o nosso caso, principalmente quando diz: “O que precisa fazer não é parar de brigar não, é cientificamente descobrir qual é o jeitinho que substitui a greve”.

Não temos qualquer dúvida que conquistamos uma universidade que pesquisa, com uma carreira que prevê professores em 40 horas e dedicação exclusiva, graças a muitas greves e mobilizações dos anos 1980, até a promulgação da Lei 8112, que instituiu o RJU, alcançando a isonomia entre celetistas e estatutários. Eu chamaria essa de fase heroica do movimento docente. As mobilizações eram muito significativas, e as conquistas foram essenciais para que construíssemos um sistema federal de ensino forte, fundado nas atividades de pesquisa. Se a década de 1980 eu chamei de heroica, a de 1990 eu diria que foi de uma “participação passiva”. Em todo o país decresceu o interesse pelo debate político, cresceu



Não queremos gastar um segundo com qualquer polêmica que não seja o nosso principal objetivo: derrotar a política de morte desse governo que nos transformou em alvo permanente de seus ataques

o individualismo. A militância docente parece ter se deslocado para as pós-graduações, publicações, sociedades científicas, ficando a AdUFRJ com uma luta sindical que, se não tinha a adesão de tantos docentes, ao menos não tinha uma oposição persistente.

Com a chegada do século XXI, e principalmente com o PT assumindo o governo federal, os conflitos internos se acirram. Se o Andes acertou na luta contra a reforma da Previdência, em relação ao Reuni fez uma escolha que o afastou ainda mais de parte significativa dos docentes. Também as movimentações que se seguiram acirram as divergências e levaram à decretação de greves com votações divididas, o que é sempre uma temeridade. Essa ruptura trouxe uma mobilização inédita e, na eleição de 2015, nós tivemos mais de 1.000 votos em relação às últimas eleições, confirmando que uma parte dos professores que havia preferido se afastar decidiu voltar e interferir nos rumos da AdUFRJ. A marca dessa mobilização não era outra senão aquela

apresentada há tantos anos por Paulo Freire: é preciso encontrar uma forma de luta mais eficaz do que as greves.

Nos últimos anos buscamos essas novas possibilidades, ampliamos as formas de participação dos sindicalizados nas decisões da assembleia, e agora, nesse último ano, estamos descobrindo como fazer uma AdUFRJ virtual. Estamos recuperando, nesses meses de abandono e negacionismo do governo federal, uma ação solidária e responsável, buscando auxiliar grupos mais vulneráveis, como os terceirizados e os estudantes, através das entidades representativas, assim como diversas organizações dos movimentos sociais. Também apoiamos ações emergenciais da universidade, para a produção de álcool em gel e para a assistência nos hospitais. Buscamos combinar uma ação mais próxima da vida dos professores, sem, no entanto, negligenciar as pautas tradicionais e a participação em fóruns nacionais do Andes, que por mais que tenhamos críticas, é a nossa entidade nacional e que tem buscado também dar enfrentamento ao governo. Também não estamos negligenciando as pautas internas, junto à reitoria. E por isso estamos atuando nas questões referentes às progressões e à insalubridade. Mas nesse momento crucial e de perdas monumentais para o país, só existe um caminho: uma grande unidade contra quem é o responsável por tudo isso. Saber identificar o inimigo, quando o tempo é curto e a munição é pouca, pode significar salvar ou não as nossas vidas. Não queremos gastar um segundo com qualquer polêmica que não seja o nosso principal objetivo: derrotar a política de morte desse governo que nos transformou em alvo permanente de seus ataques.

Vídeo da palestra de Paulo Freire, citação a partir de 32'30"
<https://bit.ly/3nyTabE>

**JOEL TEODÓSIO**
(1983-1985)
in memoriam

Uma importante transição, avalia o professor Moacyr Barreto sobre a gestão 1983-1985. O docente, que ocupou o cargo de 1º secretário naquela diretoria, falou ao **Jornal da AdUFRJ** sobre os desafios da época. E lembrou com carinho do colega Joel Teodósio, então presidente da associação, que faleceu em 2011.

Era o final da ditadura militar e muitos integrantes da comunidade acadêmica haviam sido torturados e assassinados nos anos anteriores. O Brasil ainda estava sob o comando do general João Figueiredo. Em 1983, professores de diferentes linhas políticas se envolveram na formação de uma chapa da associação, que elegeu Joel como presidente. “Joel era uma pessoa fantástica, que teve a capacidade de unir pessoas muito distintas para formar uma diretoria coesa e comprometida com a entidade”, afirma. E o docente da Escola Politécnica liderou uma gestão que atravessou momentos marcantes para o fortalecimento do movimento docente nacional. “Nós construímos, com as outras universidades do país, a greve mais longa já feita até então, que durou 84 dias”, destaca Moacyr, primeiro docente do CAP a ocupar um cargo na diretoria da AdUFRJ. Para ele, um episódio demonstra a dedicação do colega ao sindicato. Joel, que gostava de uma bebida no tempo livre, parou logo após a greve ter sido declarada ilegal. “Ele me disse que dali em diante podíamos ser presos. E se o presidente da entidade fosse preso com um pouquinho de álcool, iriam dizer que ele estava bêbado e desmerecer todo o movimento”, conta Moacyr. **(Kim Queiroz)**



1985, CENTRO DE TECNOLOGIA: POSSE DA DIRETORIA Integrantes da gestão anterior dividem a mesa com novos diretores. Alguns nomes: Joel Teodósio, Helio de Mattos Alves, Cinda Gondá, Moacyr Barreto, Aloísio da Costa, Tomaz Pinheiro, Fernando Amorim, Selene Alves e o reitor Horácio Macedo

ALOÍSIO DA COSTA
1985-1987

O professor Aloísio da Costa foi eleito presidente da associação dos professores em 1985. Contudo, pouco tempo depois, aceitou um convite para participar da reitoria de Horácio Macedo. Foi substituído pelo 1º vice-presidente, o professor José Henrique Sanglard, que assumiu a presidência da AdUFRJ até 1987 (leia mais na página 7). Procurado, Aloísio não atendeu aos pedidos da reportagem para escrever um relato daquele período.

CIBELI CARDOSO REYNAUD
1989-1991

A professora Cibeli Cardoso Reynaud, primeira mulher a presidir a AdUFRJ, também não pôde atender à solicitação da reportagem para escrever ao jornal sobre seu mandato. Em um depoimento concedido à TV AdUFRJ em 2015, a professora relembrou o período bastante difícil do governo Collor.

ESPECIAL | **AdUFRJ 42 ANOS**

**MARIA LÚCIA TEIXEIRA
WERNECK VIANNA**
2017-2019



Desde 1979, quando foi criada, a AdUFRJ enfrenta desafios. O primeiro, certamente, foi sua própria fundação, em meio aos petardos que a ditadura lançava contra movimentos sociais que defendiam as liberdades de orga-

nização, de expressão e — fundamental para a academia — de cátedra. De lá para cá, os desafios se diversificaram, sem que deixassem de ocupar espaços consideráveis na agenda da entidade. Até porque “representar” docentes de uma universidade, como a UFRJ, sempre constituiu tarefa desafiadora. Quando assumi a direção da AdUFRJ, portanto, me deparei com inúmeros desafios. Todavia, experiência e lembrança são processos distintos a que a vida nos submete.

Sem dúvida, a vivência cotidiana impunha matar um leão por dia. Afinal, eram tempos em que prosseguíamos as medidas de Temer (o teto dos gastos!) e começavam as de Bolsonaro (“o diabo na rua...”). A memória, porém, guardou, seletivamente, apenas uns poucos desafios: aqueles cujo confronto trouxe sensação de êxito e que, não por acaso, se referiam à questão da participação dos docentes nas atividades da associação.

Dois episódios foram, nesse sentido, particularmente instigantes. Um no período que precedeu a eleição presidencial e o outro quando teve início a série de despautérios em que atuava, como coadjuvante, o bufão Weintraub. No primeiro caso, tendo em vista o contexto de barbárie que se avizinhava, conseguimos que professores e professoras de



2019, CIDADE UNIVERSITÁRIA, FUNDÃO: “Eles São Os Primeiros” virou outdoor com a foto coletiva dos estudantes que foram os primeiros da família a estudar em uma universidade pública. Ação da campanha #UFRJSEMPRE, promovida pela AdUFRJ. Abaixo, 8 de março nas ruas

diferentes áreas contribuísem para um debate sobre o significado do momento, com artigos publicados semanalmente no **Jornal da AdUFRJ**. No segundo, a mobilização, mais ampla, levou docentes pouco afeitos às ruas a protestarem, no 15M de 2019, contra os cortes nos recursos da Educação. Em ambas as situações, o desafio, se não vencido ao menos encarado, consistia na aproximação dos associados com sua agremiação.



**CLÁUDIO
RIBEIRO**
2013-2015



As jornadas de junho, no plano geral, e o impedimento da Ebserh, na UFRJ, recepcionaram este mandato. Logo em 2014, barramos uma proposta de limitar o acesso à classe de associado a quem atuasse na pós — uma contrarreforma administrativa interna.

Fizemos pressão por um debate democrático que resultou em resolução cuja base fora organizada pela CPPD. Este ataque repetiu-se nacionalmente e, na luta organizada pelo Andes-SN, a atuação da AdUFRJ serviu como referência para barrá-lo em todo o país.

O ano de 2015 trouxe cortes salariais de trabalhadoras terceirizadas cuja luta teve total apoio da AdUFRJ e culminou na criação da ATTUFRJ. Em seguida, aumento de cortes orçamentários pelo MEC, ausência de diálogo sobre carreira e reajuste salarial e autorização pelo STF de contratação de docentes por OS dispararam uma greve nacional. O movimento também exigia o fim da lista tríplice, e encontrou uma UFRJ dividida, com alguns cursos em situação de calamidade, enquanto outros se mantinham à revelia da política geral da universidade. Havia também divergentes posições sobre o governo federal, as jornadas de junho, os megaeventos. Foram dois meses de concorridas assembleias, ricos debates sobre concepções de projetos educacionais e sindicais e potentes manifestações de rua. Esta greve conquistou os últimos reajustes salariais da categoria. Foi um mandato comprometido com a manutenção da autonomia em relação a governos, partidos e reitorias: princípio que nunca deveria ser abandonado por um sindicato.



2012, CENTRO DO RIO: Por melhores condições de trabalho, movimento docente parou as universidades para reestruturação da carreira e melhores condições de trabalho. Criatividade, que estampou camisetas dos docentes, foi uma das marcas da mobilização na UFRJ



**MAURO
IASI**
2011-2013



Houve três momentos de destaque: a greve de 2012, a luta contra a Ebserh e as manifestações de 2013.

Em 2011, a universidade sentia os efeitos da expansão. Não havia investimentos proporcionais ao crescimento. Levantamos as condições de trabalho por toda a UFRJ. A greve foi deflagrada,

no ano seguinte, numa assembleia muito representativa. Realizamos manifestações culturais e a “Universidade na Praça” várias vezes, integrando a UFRJ com a sociedade. Os estudantes haviam criado o movimento “Stop The Umbigation” e os técnicos estavam bastante mobilizados.

A carreira também era discutida. Embora empenhados em apresentar uma proposta de negociação com o governo, não fomos recebidos. O acordo foi assinado com o Proifex, o que provocou o final da nossa greve, em agosto de 2012. Apesar disso, o saldo interno foi bem importante, de reconhecimento e integração de diferentes segmentos.

Aquele também foi um período de crise nos hospitais universitários e de criação da Ebserh. Depois de muito estudo, nos posicionamos contra, alertando para os riscos contidos numa eventual adesão. A mobilização barrou a discussão na UFRJ. A adesão de outras universidades e os resultados contribuíram para que a UFRJ não aderisse à empresa, barrada com grande mobilização.

Em 2013, os grandes atos do Rio de Janeiro demonstravam a luta por um novo modelo de planejamento urbano. A AdUFRJ estava na vanguarda desse processo e aproximou mais a universidade dos movimentos sociais.

2013, LARGO DE SÃO FRANCISCO:

Nas jornadas de junho, professores, técnicos e estudantes protestaram contra a repressão nas manifestações de rua. Na imagem, da esquerda para a direita, Tadeu Lemos (DCE Mário Prata), Francisco de Assis (Sintufrj), professor Marco Aurélio Santana (diretor do IFCS) e Cláudio Ribeiro (AdUFRJ)

ESPECIAL | **AdUFRJ 42 ANOS**

**TATIANA
ROQUE**
2015-2017



Imaginem a universidade em 2015 e comparem com os dias de hoje. Claro que havia problemas, mas era um momento favorável tanto para o ensino superior público como para a Ciência e Tecnologia. O maior desafio

da minha gestão foi a deposição de Dilma Rousseff por um golpe parlamentar que teve início com ações de Eduardo Cunha, precisamente em 2015. Ainda assim, a direção da AdUFRJ impunha uma greve contra o governo, incluindo uma campanha desrespeitosa contra o então ministro da Educação. Um grupo de docentes se uniu sob a indignação com aquele movimento. Montamos uma chapa e fomos eleitos com ampliação significativa dos votantes. Instituímos transmissão online das assembleias e voto em urna para deliberação sobre greves e paralisações. Desse modo, foi garantida maior participação nessas decisões que impactam o funcionamento da universidade. Ampliamos a base do sindicato e estabelecemos parcerias com sociedades científicas, que estavam distantes do movimento docente. Esse fortalecimento foi essencial para enfrentarmos os cortes absurdos que se seguiram e que têm ameaçado cada vez mais as universidades e a pesquisa em Ciência e Tecnologia. As direções que se seguiram fortaleceram e multiplicaram essas ações. Os ataques só se agravaram e ameaçam hoje nossa liberdade de expressão. É essencial que tenhamos um sindicato mais forte e representativo, capaz de fazer alianças e implementar for-



2017, BRASÍLIA: A AdUFRJ liderou movimento contra a PEC do Teto dos Gastos e mostrou a grave redução do orçamento das universidades e da área de Ciência e Tecnologia



2016, CINELÂNDIA, RIO DE JANEIRO: Com a atividade “Praça do Conhecimento”, a AdUFRJ denunciou as mazelas embutidas na PEC do Teto dos Gastos e dialogou com a população sobre a importância de investimentos em Educação e C&T

mas de luta inovadoras. Esse é um fator importante na resistência e na coesão da comunidade universitária. A conjuntura é grave demais, o que tende a fragilizar os movimentos sociais de modo geral. Essa

é mais uma razão para seguirmos escolhendo uma atuação não sectária, que busque ir além das chamadas “bolhas” e angarie apoio de setores mais amplos da sociedade.



**LUIS
ACOSTA**
2009-2011



Entre os anos 2009-2011 realizamos uma série de lutas difíceis de hierarquizar:

Fala, Professor! Programa pioneiro de comunicação com a base docente da UFRJ, numa época em que o YouTube era ainda incipiente. Os/as professores/as falavam livremente sobre

sua condição de ser docente na UFRJ.

O Canecão é nosso! Por um espaço cultural público e democrático! Luta que teve maior visibilidade. Foi, sem dúvida, a luta pela restituição do terreno ocupado ilegalmente pela instituição pseudo-cultural Canecão. A particularidade desta luta foi a realização de atos culturais, com divulgação por rádio, no campinho da Praia Vermelha. Com a restituição do espaço, teve início também um outra forma de comunicação com a população através do outdoor do ex-Canecão com uma preocupação estética.

Não faltou greve na UFRJ. Neste caso, foi pela contratação de professores concursados e pelo pagamento do salário atrasado dos professores substitutos. Esta situação explodiu no CAP, e foi aí que esteve o foco da greve, mas era uma situação generalizada.

No campo das lutas nacionais, estivemos no início da reconstrução do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, depois Encontro Nacional da Educação, com um ato na Uerj, no dia 23 de fevereiro de 2011, e passeata no Centro da cidade, em 31 de março, com paralisação das atividades nas escolas. Também cabe destacar a fundação da CSP-Conlutas, no congresso de 2010, como tentativa de reorganização da classe trabalhadora.

Finalmente, foi nesse período que se debateu nas seções sindicais e foi aprovado no 30º Congresso o Plano de Carreira e Cargo de Professor Federal.

2008, PRAIA VERMELHA: Desembargadora Salete Macalóz participa de debate promovido pela AdUFRJ sobre fundações universitárias



**MARIA CRISTINA
MIRANDA**
2007-2009



Na gestão 2007-2009, a AdUFRJ-SSind atuou nas principais lutas em defesa da universidade pública, da autonomia universitária e democracia nas IFES, das condições de trabalho, salário e carreira docente e da organização sindical autônoma a governos e reitorias.

Foi incansável na defesa da democracia interna, com o Sintufrj e DCE, cobrando dos conselhos superiores uma metodologia de debate do Plano Diretor que garantisse a participação de toda a comunidade. Defendeu que a UFRJ

encaminhasse ao MEC uma proposta autônoma de ampliação de vagas com garantia de concursos públicos e condições de trabalho, exigindo verbas no orçamento para que a ampliação pudesse ser sustentável em qualquer governo.

Se manteve firme na defesa da isonomia e da paridade, enfrentando as ameaças do governo de flexibilização da DE, a desvinculação da titulação do vencimento básico e a ampliação das distorções entre as carreiras do ensino superior e da educação básica. Com os SPF combateu a implementação das fundações estatais de direito privado que introduziam a privatização dos serviços públicos.

Lutou pelo direito à livre organização quando o registro sindical do Andes-SN foi retirado. Combateu o divisionismo sindical patrocinado pelo governo por meio do Proifex. Defendeu o Andes-SN como um patrimônio da democracia no país. Intelectuais, organizações acadêmicas, sindicais e o Consumi se manifestaram em favor do princípio democrático da autonomia sindical frente ao Estado.

O resgate da memória sobre a ditadura empresarial-militar e seus efeitos na universidade e o combate ao fascismo estiveram também em nossas pautas. Em 2009, comemoramos os 30 anos da AdUFRJ homenageando nossos colegas atingidos por atos da ditadura. Que os valores e as práticas construídas com a categoria no biênio sirvam de inspiração nas lutas do presente.



ESPECIAL | AdUFRJ 42 ANOS



JOSÉ ANTONIO MARTINS SIMÕES
1991-1993 e 2005-2007

Nosso primeiro mandato (1991-1993) foi sob os efeitos da primeira onda conservadora pós-ditadura, o governo Collor. A diferença com a situação atual foi que tínhamos um movimento progressista organizado em vários níveis. Embora os embates fossem duros, questões como a relação entre sindicatos, partidos políticos, estrutura acadêmica e o papel da universidade pública eram muito presentes. Por exemplo, a transformação de associações de professores em sindicatos de trabalhadores foi muito polêmica dentro da universidade, embora a segunda opção acabasse vitoriosa e fosse uma das razões de o Andes-SN sobreviver a tantos ataques ao longo de décadas.



SARA GRANEMANN
2003-2005



No biênio 2003-2005 enfrentamos a contrarreforma da Previdência (2003) e defendemos a incorporação das gratificações ao salário.

A contrarreforma da Previdência Social encaminhada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 (Emenda



HENRIQUE LONGO
1993 e 1995

Um dos principais desafios da gestão foi resistir aos ataques do governo FHC contra a universidade pública e mobilizar os docentes. Passávamos pela implantação do Plano Real. Houve grande recessão, desemprego e arrocho salarial. Neste período, começaram as reformas neoliberais com as privatizações, comprometendo a soberania nacional. O inf-



Nosso segundo mandato (2005-2007) iniciou-se com a primeira disputa eleitoral para a direção do movimento na UFRJ. Ganhamos por mais de 2/3 dos votos, prevalecendo a concepção de um sindicato independente de outras instâncias e intransigente na defesa da universidade pública. Com um governo progressista, não foi fácil separar os campos em disputa. Por exemplo, se aplaudimos a expansão das universidades públicas pelo país e o aumento do número de vagas para estudantes, fomos críticos com a falta de recursos para implementar adequadamente o Reuni, com turmas superlotadas e sem ampliação das instalações, concomitantemente ao repasse de recursos públicos ao setor privado através do Pronuni e, posteriormente, a verdadeira punhalada na universidade brasileira que foi o programa "Ciência sem fronteiras". O embate foi de tal ordem que o governo



CLEUSA DOS SANTOS
2001-2003



A gestão 2001-2003 é legatária das ações desenvolvidas pela gestão 1999-2001, uma vez que fazíamos parte do mandato anterior. Demos continuidade à defesa dos serviços públicos em face dos ataques do governo FHC à Educação, ferindo princípios caros que norteiam o nosso sindicato: a autonomia e a democracia. Chamamos a atenção para o fato de que a implementação de medidas neoliberais, a partir da década de 1990, exigiu dos movimentos organizados

cia da reforma da Previdência provocou um aumento do número de professores aposentados, que temiam perder seus direitos. A proibição de novos concursos esvaziou a carreira docente. A contratação de professores substitutos e a terceirização dos serviços contribuíram para a precarização do trabalho na universidade. O arrocho salarial e a redução de verbas complementaram o desmonte das universidades, cujos efeitos se fazem sentir até hoje.

O movimento docente rechaçou o projeto de FHC que transformaria as universidades federais em organizações sociais de direito privado. A AdUFRJ participou de várias manifestações, com o SINTUFRJ e o DCE. Naquela época, o Andes-SN estava mais integrado aos servidores públicos federais, que defla-

Lula, não podendo dobrar o Andes-SN, estimulou a criação de um sindicato paralelo que até hoje vegeta nos corredores das universidades públicas.



2007, CIDADE UNIVERSITÁRIA: Diretoria da AdUFRJ se encontra com o único candidato à (re)eleição para a reitoria da UFRJ. Na imagem, Vera Salim, reitor Aloisio Teixeira, Ricardo Kubrusly e José Simões

uma redefinição de políticas que fortalecessem os laços de solidariedade dos trabalhadores. Este foi o maior desafio: enfrentar as consequências da flexibilização adotada pelo governo federal no âmbito do serviço público. Várias dessas alterações legais foram realizadas conforme a Constituição, apesar de sua flagrante injustiça. O que, no entanto, não foi a tônica da ação governamental, que se caracterizou, inúmeras vezes, por medidas flagrantemente inconstitucionais. Diversas foram as barbáries perpetradas pela reitoria — com apoio do MEC e suporte do MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) — nesses anos.

Debatemos com a comunidade acadêmica a promulgação das emendas constitucionais 19 e 20, que trouxeram à tona a realidade do enxugamento do orçamento destinado ao funcionalismo público. Prevendo, expressamente, a incidência dos limites de teto de remuneração, proibição de acúmulo de proventos e remunerações, alteração dos critérios para a aquisição dos direitos e o estabelecimento de idade mínima para aposentadoria.

Mantivemos e fortalecemos os fóruns de participação da AdUFRJ-Sind (grupos de trabalhos, espaços no jornal, Conselho de Representantes) e deliberação coletiva (Assembleias Gerais), canais que sempre estiveram submetidos à construção/avaliação/deliberação de propostas dos seus sindicalizados.

graram uma greve contra o governo FHC. A atuação da AdUFRJ no Conselho Universitário contribuiu para a nomeação dos professores concursados. A luta pela autonomia foi decisiva para a democratização da eleição para reitor. O trabalho da assessoria jurídica e a mobilização dos professores garantiram a extensão do Plano Verão para todos os docentes, então cortado pela Justiça. Iniciamos a campanha pela transformação da entidade em seção sindical do Andes-SN. O **Jornal da AdUFRJ** foi um importante fator de mobilização, politização e integração da comunidade acadêmica. Tenho muito orgulho de ter sido presidente da AdUFRJ e contribuído para a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

ESPECIAL | AdUFRJ 42 ANOS



ROBERTO LEHER
1997-1999



INTERVENÇÃO E CONTRARREFORMA DO ESTADO



JOSÉ HENRIQUE ERTHAL SANGLARD
1985-1987 e 1999-2001



A criação da AdUFRJ deixou marcas profundas na UFRJ. A grande motivação daqueles primeiros tempos do movimento docente organizado foi a conquista, em 1980, de uma carreira do Magistério Superior, num contexto dominado por cátedras sem concursos públicos. Minha primeira participação em uma diretoria ocorreu de 1985 a 1987. Era o primeiro vice-presidente, mas assumi a presidência nos primeiros meses do mandato, porque o presidente eleito, Aloisio da Costa, aceitou convite para ocupar um cargo na reitoria. O grande desafio da época era o processo de democratização da universidade, em particular a eleição direta de dirigentes pela própria comunidade acadêmica. E o professor Horácio Macedo, de participação marcante e referência nas assembleias da AdUFRJ, tinha acabado de ser o primeiro reitor eleito num processo direto paritário, que depois seria estendido para outros cargos, de decanias e departamentos.

Uma atmosfera de tensão cobria o céu do alvorecer do dia 21/8/1998, data da reintegração de posse do espaço da reitoria ocupado pelos estudantes com apoio dos TAE e docentes, em protesto contra a intervenção. O simbolismo do uso da força por parte de Vilhena, embora causasse apreensão, precisava ser visto pelo mundo. Com o reitor eleito, Aloisio Teixeira, decanos, como Carlos Lessa, sindicatos e OAB, a AdUFRJ buscava mediações com as sociedades política e civil para impedir a repressão policial, afirmar a autonomia e a unidade democrática na UFRJ. Neste mesmo ano, o plano de reforma do Estado de FHC tentou redefinir as universidades como "organizações públicas não estatais". Foi realizada uma greve com imenso protagonismo da UFRJ. O governo pretendia criar gratificações "por desempenho" (afetado por horas-aula). Secretamente, contrariando todas as assembleias, o presidente eleito do Andes-SN, Renato Oliveira, se submeteu ao intento governamental, aquiescendo com a criação da gratificação, abrindo as vias para o fim da paridade entre ativos e aposentados. No biênio, a AdUFRJ manteve posição firme em defesa dos aposentados e da isonomia entre as car-

reiras do ensino superior e EBTT. Com o Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública, no II Coned, a AdUFRJ colaborou na construção de um inventivo projeto de Plano Nacional de Educação. No 38º Conad, sediado pela AdUFRJ, recebemos Fidel Castro, que falou sobre a importância da Educação. Foram dois anos

de resistências, em solidariedade com o SINTUFRJ e o DCE. A metodologia de reuniões por unidade, assembleias e conexões com o campo democrático do país, incorporando todas as vozes, segue nos inspirando nesses tempos autocráticos e violentos. Em breve estaremos todxs juntxs!



1996, LARGO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA: Corrente de professores envolve o prédio do IFCS, em ato simbólico em defesa da universidade pública. No primeiro plano, da esquerda para a direita (de óculos), Ruth Barbosa, Henrique Longo, Roberto Leher e José Henrique Sanglard. A manifestação também protestou contra a chacina de Eldorado dos Carajás (PA), na qual 19 sem-terra foram assassinados



JOSÉ MIGUEL
1995-1997



O período da nossa gestão foi marcado por fortes ataques do governo e do setor privado ao Serviço Público, à Previdência, à autonomia universitária e aos direitos ao trabalho e à vida em geral, enquanto a venda de serviços ao setor privado era posta à disposição da comunidade acadêmica como solução para todos os males. Ataques aos quais a AdUFRJ, sozinha, não podia resistir. O

maior desafio, portanto, foi organizar a luta coletiva dos docentes da UFRJ e mantê-la articulada local e nacionalmente à dos demais trabalhadores.

Foram tentativas de regulamentação pífia da autonomia universitária, cujas piores consequências a luta do Andes-SN ajudou a evitar. Foi a tramitação da reforma da Previdência do governo FHC, que o sindicato nacional ajudou a retardar e acabaria por ser aprovada (com pouca resistência da CUT, denunciada pelo nosso Congresso de 1996) só em 1998. Houve um dos maiores achatamentos salariais da história da nossa categoria, que conseguimos em parte minorar por meio de ações judiciais, principalmente a manutenção dos famosos 26,05%, por cuja extensão a todos os docentes lutamos desde então (que em gestões futuras ganharíamos e só perderíamos agora, em 2021).

Nessa conjuntura, a então Associação dos Docentes da UFRJ organizou a sua administração, consolidou a sua comunicação com a base da categoria, criou o seu jornal semanal e começou a usar a então incipiente internet. Finalmente, em 8/5/1997, transformou-se na seção sindical dos docentes da UFRJ (mantendo a sigla AdUFRJ), com o adendo "seção sindical", e passou a compor integralmente o Andes-SN, confirmando a sua vocação histórica de entidade sindical de trabalhadores docentes.



1997, CENTRO DO RIO DE JANEIRO: Professores e estudantes da UFRJ fazem homenagem a um dos maiores educadores brasileiros, o pernambucano Paulo Freire. O teólogo Leonardo Boff (ao centro) também participou do evento, na escadaria do IFCS

ESPECIAL | AdUFRJ 42 ANOS



LUIZ PINGUELLI ROSA
DIRETORIA PROVISÓRIA 1979
e GESTÃO 1979-1981



No início da formação da Associação de Docentes da UFRJ, o maior desafio de nossa primeira gestão, sem dúvida, foi enfrentar a ditadura militar, que era repressiva. Era muito difícil, foi ainda antes da Anistia, mas enfrentamos com organização e mobilização. Tivemos um ato marcante em 1979, uma assembleia para conceder o título de sócio honorário da AdUFRJ a professores que haviam sido aposentados compulsoriamente pelo AI-5, entre eles o Darcy Ribeiro, a Maria Yedda Linhares, o José Leite Lopes, entre outros.

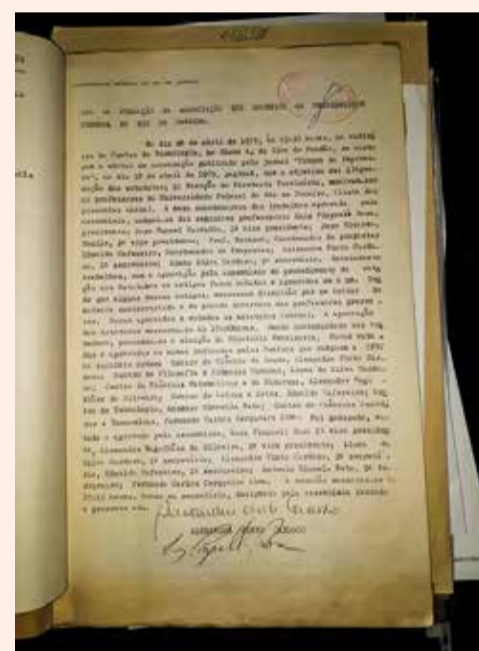
Em 1980, fizemos uma greve histórica que parou a UFRJ e outras universidades do país. Tinha acabado de assumir o Ministério da Educação, no lugar do Eduardo Portela, o general Rubem



1979, AUDITÓRIO DO CT: AdUFRJ organizou solenidade para homenagear os professores afastados da UFRJ por atos institucionais do regime militar, sobretudo o AI-5. Todos receberam um título de sócio honorário da entidade. Abaixo, a ata de criação da AdUFRJ

Ludwig (Portela pediu exoneração em 26/11/1980, por apoiar publicamente a greve, e Ludwig assumiu o posto em 27/11/1980, nomeado pelo presidente João Figueiredo). Foi um momento de tensão em que a AdUFRJ teve papel importante na defesa da pauta dos professores, por melhorias salariais e mais verbas para a Educação. Nós conseguimos ser recebidos pelo Ludwig na antiga sede do MEC, aqui no Rio. Estávamos em assembleia, com mais de 500 pessoas no auditório do CT, e chegou a informação que o general, o único militar que foi ministro da Educação até hoje, estava no Rio. Fomos até lá e ele concordou em receber uma comissão de professores.

Foi uma greve vitoriosa, porque o Ludwig implantou um plano de carreira que propiciou melhorias salariais nas universidades. A ministra que o sucedeu (Ester Ferraz assumiu o cargo em 24/8/1982) era mais avessa ao diálogo. Sei disso porque, em 1982, assumi a presidência da então Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), e tivemos fortes embates com o MEC. Os professores se engajaram na campanha pelas Diretas Já, participamos dos grandes atos em Belo Horizonte, São Paulo e, aqui no Rio, na Candelária. A AdUFRJ teve um papel importante naquela resistência à ditadura e em defesa da universidade pública.



ERIKSSON ROCHA E ALMENDRA
1981-1983



O tempo passa, as lutas mudam, e também a forma de conduzi-las. O final dos anos 1970 e o início dos anos 1980 foram de grande efervescência nas universidades. O regime militar estava já apresentando grandes fissuras, o movimento sindical se levantava e as universidades se rediscutiam. Foi o tempo de grandes assembleias na AdUFRJ, de greves com grandes mobilizações,

nas quais duas ou três assembleias numa semana eram a regra. Mas disso já muito se falou.

A AdUFRJ teve uma outra forma de mobilizar os professores para a discussão dos grandes temas da universidade, em transição, como já disse. Foram os dois congressos, um dos quais na minha gestão como presidente. Esses congressos reuniram ambos mais de 400 professores, duravam dois dias, com múltiplas reuniões a discutir os diversos pontos da pauta e uma reunião plenária ao final para aprovação das teses.

Nessa época, estava a se encerrar a universidade do tempo parcial, dos professores de 12, 20 horas. A maioria de nossos professores já tinha o regime de 40 horas, ou dedicação exclusiva, mas ainda havia estertores da antiga universidade, aquela dos catedráticos. Ainda havia resistência a esta "novidade" em grandes e importantes unidades.

Esse foi o tema que apaixonou as discussões do II Congresso. E duas foram as grandes decisões nesse tópico. A primeira pode ser resumida na aprovação do apoio da AdUFRJ ao regime de DE. A segunda foi mais polêmica. À época, não éramos um sindicato (isso foi um dos pontos discutidos em um dos grupos) e a proposta de que a AdUFRJ deveria se posicionar contra os professores que não cumprissem o regime foi a mais polêmica do encontro. A tese vencedora, por pequena maioria, foi a de que isso competiria à administração da universidade.



MURILLO MENDES GUIMARÃES
1987-1989



Após um período de muitas discussões sobre a política de gestão da UFRJ, obrigando ao governo federal aceitar que a comunidade universitária votasse para a escolha da nomeação do reitor, no lugar das nomeações intransigentes pelo governo federal de época, foi acertada a escolha através de uma lista triíplice. Horácio Macedo foi o candidato absoluto, com apoio da maioria dos vo-

tantes, entre o segmento dos servidores e o segmento dos docentes.

As lutas da AdUFRJ, Andes, SINTUFRJ e FASUBRA pela democratização das universidades federais trouxeram a esperança de haver, dali por diante, uma universidade autônoma, sem o controle direto do governo federal. Foi uma época em que perto de 90% da população universitária, alunos (tanto de graduação e de pós-graduação), docentes e servidores das universidades federais em todo o país se irmanaram nessa luta por uma universidade autônoma, pública e democrática.

Essa época foi a raiz da política universitária na comunidade das UF's. Andes e AdUFRJ nunca deixaram a luta para manter as universidades federais autônomas e democráticas.



1986, FUNDÃO: Assembleia geral de mobilização nacional das universidades reivindica isonomia salarial e carreira unificada. Na primeira fileira, professor Alexandre Cardoso (à esquerda) e o professor Horácio Macedo, primeiro reitor eleito da UFRJ